



NOSSA OPINIÃO

Justiça poderá punir o condutor de veículo embriagado, mesmo sem o teste do bafômetro. É o que prevê projeto em análise no Senado

TRÂNSITO SEM ÁLCOOL

A sociedade está na iminência de conquistar importante avanço na segurança do trânsito. O governo federal se articula com o Congresso para aprovar ainda neste mês o projeto de lei que permite à Justiça punir o condutor de veículo alcoolizado, mesmo sem o teste do bafômetro.

O objetivo é endurecer a Lei Seca retirando a previsão de prisão apenas para quem for flagrado ao volante com mais de 6 decigramas de álcool por litro de sangue. O texto estabelece a utilização de “qualquer meio de prova em direito admitida” para a comprovação da embriaguez. Ou seja, serão legalmente aceitos como prova depoimentos e testemunhos de policiais rodoviários e demais testemunhas.

A proposta é mais incisiva do que o projeto aprovado pela Câmara que mantinha o índice de tolerância a bebida alcoólica. A fuga ao bafômetro, baseada no preceito constitucional que desobriga o cidadão a produzir prova contra si, tornou-se, na prática, um largo caminho para a impunidade.

Essa situação de insegurança está com os dias contados. O projeto que pune motorista embriado, sem comprovação de quantidade de álcool no sangue, agora depende apenas da aprovação dos senadores. E estes devem fazer o chamado esforço concentrado – quando os parlamentares reúnem as votações importantes em uma única semana –, para dar sinal verde ao avanço legislativo.

A intenção é aumentar imediatamente o rigor à Lei Seca, e não esperar a aprovação (sem prazo definido) do novo Código Penal, que prevê tolerância zero para quem dirigir bêbado. A pressa é necessária. Emuito. Estatísticas oficiais registram 518,5 mil pessoas mortas no Brasil por acidente de trânsito, entre 1996 e 2010. O número mais elevado da série ocorreu em 2010, com 40.989 vítimas. A maior parte dos acidentes é atribuída à mistura irresponsável de álcool com volante.

A lei precisa mudar. Adequar-se à realidade. Mas isso não exige o governo – nos níveis municipal, estadual e federal –, e o setor privado de investir maciçamente em educação para o trânsito. Aí está a base de todos os problemas.